

Trabalhadores fecham vias contra reforma da Previdência

Grupos sindicais interditaram avenidas e rodovias na RMC em protesto contra projeto do governo Temer; trabalhadores cruzaram braços em grandes empresas, como Samsung, EMS, CAF e Replan **P4**



TUDO PARADO | Funcionários da Replan bloquearam a Rodovia Professor Zeferino Vaz (SP-332) por quase uma hora em ato contra reforma, diz sindicato

PREVIDÊNCIA

Vias bloqueadas e protestos na RMC

Além de manifestações em ruas e rodovias, houve paralisações em bancos, empresas e escolas da região

GUILHERME MAZIEIRO
REGIÃO

Grupos sindicais da RMC (Região Metropolitana de Campinas) realizaram diversos atos, na manhã de ontem, contra a proposta de reforma trabalhista e da Previdência, em tramitação no Congresso. As ações, convocadas por centrais sindicais como CUT (Central Única dos Trabalhadores), Sindicato dos Metalúrgicos, Apeoesp (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e Frente Brasil Popular, ocorreram em todo País.

Às 9h, no Largo do Rosário, em Campinas, foram reunidas cerca de 3 mil pessoas, segundo a organização. Com faixas e gritos de ordem eles bloquearam completamente a Avenida Francisco Glicério até o Largo

do Pará, por volta de meio-dia. Dali, cerca de 500 manifestantes seguiram em ônibus da CUT e Apeoesp para um ato em São Paulo. Houve lentidão nas vias próximas e trechos com trânsito fechado. Os bancários da região central suspenderam temporariamente os atendimentos nas agências, em apoio.

Na cidade, professores das escolas estaduais estimam que houve 80% de paralisação nas salas de aula. Unidades municipais também aderiram. Centrais sindicais suspenderam os trabalhos em grandes empresas como a Samsung, Caf, EMS, Complexo Maxion, Toyota e Replan (Refinaria de Paulínia).

A movimentação começou por volta das 6h na Replan e seguiu até as 9h30. A Rodovia Zeferino Vaz (SP-332) ficou bloqueada por quase uma

hora, segundo o sindicato dos petroleiros.

“A luta é para enterrar essa reforma antes dela ser aprovada. Se ela passar, depois virão outras medidas que vão prejudicar ainda mais o trabalhador. Nossa luta, hoje, é de resistência”, disse Carlos Fábio, coordenador da sub-sede da CUT em Campinas.

Professor do Instituto de Economia da **Unicamp (Universidade Estadual de Campinas)**, Eduardo Fagnani vê possíveis reflexos em direitos dos trabalhadores. “(Precisar de) 65 anos de idade e 25 anos de contribuição para aposentadoria parcial é um escracho. Não levam em conta a realidade do mercado de trabalho e sociodemográfica. Mais de 45% dos empregos são informais, não contribuem com a previdência (...) A hipocrisia dos ricos brasileiros é que tem



ZEFERINO VAZ | Funcionários da Replan bloquearam a rodovia

que se investir em educação. Mas com essa reforma o jovem tem que entrar no mercado de trabalho com 16 anos para se aposentar aos 65 anos. Como

ele consegue estudar? (...) Em várias cidades, teríamos uma situação em que o tempo para se aposentar é maior do que a expectativa de vida”, criticou.

Saiba mais

A PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 287, da Reforma da Previdência, foi enviada em 5 de dezembro do ano passado à Câmara dos Deputados pela gestão Michel Temer (PMDB). O governo sustenta que as medidas vão dar sustentabilidade para Previdência e respeito aos direitos adquiridos. O governo federal informou que em 2016 o déficit do sistema chegou a R\$ 149,7 bilhões. Em linhas gerais, a medida propõe uniformizar o tempo de contribuição (25) e idade (65 anos) para conseguir o benefício. Quem chegar aos 65 anos de idade e 25 de contribuição receberá a aposentadoria igual a 76% da média dos salários de contribuição. Cada ano a mais de contribuição corresponderá a 1% de aumento.

Grupo invade ministério

Manifestantes contrários à reforma da Previdência da Via Campesina Brasil e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) invadiram, na madrugada de ontem, o prédio do Ministério da Fazenda na Esplanada dos Ministérios. Nota divulgada pela assessoria de imprensa do MST afirma que cerca de 1.500 pessoas teriam invadido o prédio, onde uma

faixa contrária à reforma foi colocada. A pasta informou às 15h50 que o prédio foi desocupado, sem resistência.

Em São Paulo, houve paralisações no transporte por metrô e ônibus de manhã. A estimativa é de que 3,2 milhões de pessoas foram afetadas. A decisão dos metroviários de aderir ao ato nacional contrariou uma decisão da Justiça. **FOLHAPRESS E GM**